

# EMPREGO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NA GESTÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSERVANDO A NATUREZA, A CULTURA E O CONHECIMENTO

Davi Gutierrez Antonio [1]  
Solange T. de Lima Guimarães [2]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784  
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade.

Luiz Antonio Bolcato Custódio

## Introdução

Esta reflexão traz para o debate uma relação complexa entre o patrimônio cultural imaterial e a gestão de unidades de conservação (UCs), que pode gerar através de práticas de gestão ambiental participativa, ações concretas de proteção à Natureza e a própria cultura de comunidades locais.

O patrimônio imaterial, pertencente a grupos humanos que historicamente construíram relações simbólicas com a Natureza, constitui elemento chave para nortear diretrizes correlacionadas à gestão ambiental, tendo em vista que a relação dos diversos grupos humanos com o meio natural não é nova, mas na verdade é justamente o que garantiu até a institucionalização das UCs essa proteção, associada a outros fatores do geossistema, tais como os elementos físicos da paisagem.

As comunidades que preservam esta ligação com a Natureza, são denominadas “tradicionais”, diferenciando-se povos indígenas e não-indígenas, sendo este conceito explicitado na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu artigo terceiro:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2008b)

Considerando os diferentes contextos geográficos e as peculiaridades culturais que envolvem essas comunidades, Diegues e Arruda (2005, p. 3), listaram as 13 populações tradicionais não-indígenas brasileiras:

**Caboclos ou ribeirinhos amazônicos** - Englobam, além das populações amazônicas que dependem dos rios locais, os seringueiros e castanheiros da região. Mesclam atividades extrativistas com agricultura, caça e pesca.

**Praieiros** - Moradores da faixa litorânea compreendida entre o Piauí e o Amapá, também são chamados de pescadores artesanais, mas possuem características socioculturais que os diferenciam de outras comunidades, como caiçaras ou jangadeiros. Dependem da pesca, mas complementam a renda com trabalhos agrícolas, extrativismo e turismo.

**Babaçueiros** - Populações extrativistas que vivem da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira. Encontram-se espalhados por uma área de cerca de 200 mil quilômetros quadrados, basicamente entre os estados do Piauí e do Maranhão.

**Sertanejos ou vaqueiros** - Ocupam a orla descontínua do Agreste, avançando até as caatingas e atingindo o cerrado. Desenvolvem uma economia pastoril, associada à produção açucareira, voltada ao fornecimento de carne, couro e bois de serviço.

**Jangadeiros** - São os pescadores que habitam a faixa costeira situada entre o sul da Bahia e o Ceará. Recebem esse nome por utilizar a jangada para desenvolver sua atividade no mar.

**Pescadores artesanais** - Estão espalhados pelo litoral do país e dependem basicamente da pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura.

**Caiçaras** - Comunidades formadas pela mescla etnocultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Sua forma de vida baseia-se na agricultura itinerante, na pequena pesca, no extrativismo vegetal e no artesanato. Ocupam o litoral norte catarinense e a costa de Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

**Açorianos** - Descendentes de imigrantes portugueses provenientes principalmente das ilhas dos Açores e da Madeira. Vivem da pesca e da agricultura no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

**Campeiros** - População de gaúchos descendentes dos índios guaranis e dos colonizadores portugueses e espanhóis. Vivem nos pampas e nas coxilhas do Rio Grande do Sul, desenvolvendo a pecuária extensiva.

**Caipiras ou sitiantes** - São as comunidades, em grande parte de meeiros e parceiros, que sobrevivem em nichos entre as monoculturas do sudeste e do centro-oeste, desenvolvendo atividades agropecuárias em pequenas propriedades, destinadas à subsistência familiar e ao mercado.

**Varjeiros ou ribeirinhos não-amazônicos** - Denominação de populações que vivem às margens de rios e várzeas, sobretudo do São Francisco, mas que se aplica também a ribeirinhos de outros rios, como o Paraná. Além da pesca, pecuária e artesanato em cerâmica, combinam atividades agrícolas, principalmente o plantio do arroz, com extrativismo da mata - de onde retiram mel, ervas medicinais e madeira para fabricação das embarcações.

**Quilombolas** - Descendentes de escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Desenvolvem atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, que variam de acordo com a região em que estão situados.

**Pantaneiros** - Habitantes do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul cuja subsistência se baseia em atividades agropastoris em fazendas ou pequenas propriedades à beira dos rios

Nesse sentido, vislumbramos que as populações tradicionais, além das suas matrizes, sobretudo, indígena e africana, se caracterizam pelo seu conhecimento, oriundo em grande parte dos saberes indígenas, modificado historicamente, se adequando ao momento histórico. Nesse sentido, consideramos pertinente introduzir o conceito de conhecimento tradicional, segundo Diegues (2001, p. 31) como: *“definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”*. O conhecimento e o conhecimento tradicional comportam tanto o empírico/técnico/racional como o simbólico/mitológico/mágico, que ao mesmo tempo é uno e duplo, ou seja, *“unidual”* (MORIN, 1999, p.169). Podemos entender com isso que o conhecimento é único, e no seu interior somam-se aspectos do *simbólico* e do *racional*, do *empírico* e do *mitológico*, do *mágico* e do *racional*. Assim, quando percebemos e interpretamos o ambiente, usamos estes referenciais de conhecimentos, ou melhor, fazemos uso de um conhecimento *unidual*.

Nesta dimensão, o conhecimento tradicional analisado como construtor do patrimônio cultural material e imaterial, tem em sua dinâmica meios de construir uma gestão do Meio Ambiente, que se aproxime da sustentabilidade, em conjunto com o conhecimento técnico-científico, entretanto, sendo possível somente em um contexto de planejamento e gestão participativos/colaborativos,

ou seja, mediante uma forma de organização e articulação dos diversos grupos sociais em relação a objetivos comuns. No processo participativo ocorre a descentralização de poder, a inclusão social e a participação popular, enquanto que no processo colaborativo, agrega-se os conhecimentos dos diferentes atores e distribui-se responsabilidades, tornando todos os envolvidos “protagonistas” no processo, podendo ainda agregar ainda o planejamento e gestão estratégicos.

No mesmo sentido, traçamos um questionamento que buscou levantar reflexões sobre essa relação entre os distintos níveis de conhecimentos, no âmbito do emprego do patrimônio imaterial, tendo como finalidade possibilitar uma reflexão sobre as populações tradicionais e o valor do patrimônio cultural, no contexto de Unidades de Conservação da Natureza. Por conseguinte, temos que a conservação de todo o conjunto – Natureza e Tradição –, funciona de forma dinâmica e sistêmica sendo, portanto, interdependente. Assim, o desequilíbrio de uma das partes pode desestruturar e desestabilizar todo o conjunto, mas uma análise dentro de uma visão ampla apresenta alternativas para o manejo de áreas conservadas e a proteção das comunidades tradicionais e seu patrimônio cultural e natural.

### **Conhecimento tradicional e patrimônio cultural**

O conhecimento tradicional não tem correspondência direta com o patrimônio imaterial, mas é sua origem e pode tornar-se o próprio. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na definição dos termos e conceitos utilizados na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, no ano de 2003, define a relação conhecimento e patrimônio imaterial da seguinte forma:

Les connaissances et pratiques concernant la nature et l'univers » embrassent un ensemble de connaissances, savoir-faire, pratiques et représentations développés et perpétués par les communautés en interaction avec leur environnement naturel. Ces systèmes cognitifs sont exprimés à travers la langue, les traditions orales, l'attachement à un lieu, les mémoires, la spiritualité et une vision du monde. Ils se traduisent par un ensemble complexe de valeurs et croyances, de cérémonies, de médecines traditionnelles, de pratiques ou d'organisations sociales, voire des institutions. Ces expressions et pratiques sont aussi diverses et variées que les contextes socioculturels et écologiques dont elles procèdent. Elles sous-tendent souvent d'autres domaines du patrimoine culturel immatériel tels que définis dans la Convention. Ce domaine comprend de nombreux éléments tels que savoirs écologiques traditionnels, savoirs autochtones, ethnobiologie, ethnobotanique, ethnozoologie, pharmacopées et médecines traditionnelles, rituels, traditions culinaires, croyances, sciences ésotériques, rites initiatiques, divinations, cosmologies, cosmogonies, chamanisme, rites de possessions, organisations

sociales, festivités, langages, ou encore arts visuels. (UNESCO, 2008)

Dessa forma, fica clara a importância de uma reflexão sobre o conhecimento tradicional e a construção do patrimônio, seja ele tangível ou intangível, considerando os saberes tradicionais enquanto construtores e constructos do patrimônio cultural.

A Constituição Federal de 1988 vem somar esforços para a proteção desse bem cultural, quando aborda o tema Patrimônio Cultural Brasileiro, dedicando a este um capítulo, que contempla não somente seu conceito normativo, ligado ao aspecto material (obras arquitetônicas), como também reconhece suas outras faces: os bens de natureza imaterial, a identidade, a memória e os grupos formadores da sociedade brasileira:

Constituição Federal de 1988 propugna:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 2008a)

Podemos comparar, para efeito de ampliar a discussão sobre o patrimônio cultural imaterial a legislação brasileira com a legislação japonesa – a mais antiga sobre o referido tema, sendo a primeira a legislar sobre proteção do patrimônio cultural em 1871. No tocante a essa legislação, “*Preservation of Ancient*”, temos segundo Cang, (2007):

The different amendments and categories lead to a complex mix of types of cultural heritage, but one can easily ascertain five categories specifically described under Japanese law:

1. tangible cultural properties
2. intangible cultural properties
3. folk-cultural properties
4. monuments
5. groups of historic buildings.

Thus, in the Japanese case, officially at least, intangible cultural heritage can come under one of the following three categories:

1. intangible cultural properties
2. intangible folk-cultural properties
3. traditional conservation techniques. (CANG, 2007)

Assim, podemos vislumbrar um enfoque direcionado aos grupos sociais, portadores do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) na análise da citação anterior. Já a legislação brasileira faz referência indireta aos grupos, pois seu objetivo consiste na definição do patrimônio cultural e na proteção dos bens intangíveis. A legislação japonesa segue outro caminho, protegendo simultaneamente os grupos e seu patrimônio imaterial, e avança, transmitindo aos governos locais parte dessa responsabilidade, pois são considerados como os mais familiarizados com as necessidades de sua comunidade local.

Existem muitas definições de patrimônio imaterial, e em sua maioria indicam que este é socialmente construído, e que se manifesta principalmente nas formas intangíveis. Assim, o patrimônio imaterial consiste na prática e conhecimento das comunidades sobre quem são e sobre o seu passado, sendo transmitido pelo *uso* através de indivíduos, famílias, comunidades e da sociedade – geralmente por via oral ou por meio de práticas (*savoir-faire*) e de observação. Ela pode ser definida como um conjunto de práticas, tradições, expressões, habilidades e conhecimentos passados de uma geração para a seguinte. Nessa linha, segue a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, onde o define como:

Considérant la profonde interdépendance entre le patrimoine culturel immatériel et le patrimoine matériel culturel et naturel, Reconnaissant que les communautés, en particulier les communautés autochtones, les groupes et, le cas échéant, les individus, jouent un rôle important dans la production, la sauvegarde, l'entretien et la récréation du patrimoine culturel immatériel, contribuant ainsi à l'enrichissement de la diversité culturelle et de la créativité humaine,

#### Article 2 : Définitions

Aux fins de la présente Convention,

1. On entend par "patrimoine culturel immatériel" les pratiques, représentations, expressions, connaissances et savoir-faire - ainsi que les instruments, objets, artefacts et espaces culturels qui leur sont associés - que les communautés, les groupes et, le cas échéant, les individus reconnaissent comme faisant partie de leur patrimoine culturel. Ce patrimoine culturel immatériel, transmis de génération en génération, est recréé en permanence par les communautés et groupes en fonction de leur milieu, de leur interaction avec la nature et de leur histoire, et leur procure un sentiment d'identité et de continuité, contribuant ainsi à promouvoir le respect de la diversité culturelle et la créativité humaine. Aux fins de la présente Convention, seul sera pris en considération le patrimoine culturel immatériel conforme aux instruments internationaux existants relatifs aux droits de l'homme, ainsi qu'à l'exigence

du respect mutuel entre communautés, groupes et individus, et d'un développement durable.

2. Le "patrimoine culturel immatériel", tel qu'il est défini au paragraphe 1 ci-dessus, se manifeste notamment dans les domaines suivants :

- (a) les traditions et expressions orales, y compris la langue comme vecteur du patrimoine culturel immatériel ;
- (b) les arts du spectacle ;
- (c) les pratiques sociales, rituels et événements festifs ;
- (d) les connaissances et pratiques concernant la nature et l'univers;
- (e) les savoir-faire liés à l'artisanat traditionnel. (UNESCO, 2008)

Consideramos pertinente citar um longo trecho da Convenção, pois se constitui em documento oficial e sancionado por inúmeros países, inclusive o Brasil, trazendo importantes esclarecimentos sobre o tema abordado. Outro ponto importante da Convenção é o fato de abordar a relação do patrimônio cultural material, com o imaterial e o natural, reconhecendo também o papel das comunidades e inserindo o PCI como parte de suas manifestações culturais.

Partindo do pressuposto que o patrimônio imaterial tem como origem imediata os saberes e sua união indissociável, sem a participação das comunidades envolvidas com o patrimônio imaterial torna-se impossível sua delimitação, ou seja, são essas pessoas responsáveis pela construção, valorização, manutenção e transmissão do patrimônio, processo que acontece concomitantemente ao conhecimento tradicional.

Portanto, o patrimônio imaterial é composto de processos e práticas e, por conseguinte, necessita de diferentes abordagens e metodologias de salvaguarda. É frágil, por sua própria natureza e, portanto, muito mais vulnerável do que outras formas de patrimônio, sendo a sua sobrevivência e transmissão depende de "atores" no seio da expressão da tradição intangível, e nas condições sociais e ambientais. A salvaguarda do patrimônio imaterial, por conseguinte, envolve tradicionalmente documentação e arquivo, e apoio dos seus portadores, quando delimitado oficialmente o bem cultural. Mas consideramos que podemos ir além, associando o patrimônio aos seus construtores, os quais não devem ser vistos independentemente, pois essa separação só existe em uma teoria simplificadora.

Nessa trajetória, outra importante consideração sobre o patrimônio é, de acordo com Cang (2007), o "quem". O autor enfatiza que se existe dificuldade em definir o patrimônio material, a complexidade aumenta quando se procura pelo "portador" deste patrimônio, e novamente a dificuldade se torna crescente quando consideramos o patrimônio imaterial, baseando-se no conceito de patrimônio: "*heritage is that which a past generation has preserved and handed on to the present and which a significant group of the population wishes to hand on to the future*" (HARRISON, 2005, p. 5 *apud* CANG, 2007, p. 49). Deste modo, descobrir,

delimitar, proteger e valorizar estes grupos torna-se tarefa extremamente complexa.

Se o patrimônio material se concretiza no tempo e no espaço, indo além dos seus construtores e idealizadores, o PCI pelo contrário depende dos grupos sociais criadores, e da interação entre si e entre as diferentes sociedades que tem interesse nesse patrimônio. Nesse sentido, para a proteção desses bens, antes existe a necessidade de se proteger os grupos e seus contextos sócio-culturais em que são criados:

While the tangible cultural heritage is designed to survive long after the death of the person who produced or commissioned it, the fate of the intangible heritage is much more closely related to its creators as it depends in most cases on oral transmission. Therefore, the legal and administrative measures traditionally taken to protect material items of cultural heritage are in most cases not appropriate for safeguarding a heritage whose most significant components relate to particular systems of knowledge, values and the social and cultural context in which it is created. (BOUCHENAKI, 2007, p. 107)

Experiências de proteção das comunidades portadoras do PCI, em âmbito internacional, têm levado em consideração fatores além dos tradicionais, tais como o inventário e documentação, como ocorre no Brasil para a proteção dos bens imateriais. É o caso do Japão, que tendo longa prática, vem encontrado alternativas mais envolventes, atingindo, conseqüentemente, melhores resultados, como no caso do programa de valorização da cultura e das pessoas a ela relacionada – *Living National Treasures* (Tesouros Nacionais Vivos), sendo que nesse programa, os portadores desse rol de saberes ensinam seu conhecimento dentro e fora do seu grupo de origem. A partir dessa experiência, a UNESCO iniciou um projeto similar, o *Living Human Treasures* (Tesouros Humanos Vivos), sendo o principal enfoque a interação dentro do próprio grupo (BOUCHENAKI, 2007, p. 109). Este reconhecimento oficial, numa prática acertada, além de valorizar, protege dentro das transformações e adaptações existentes, o PCI.

Estas experiências são obtidas a partir de trabalhos sobre a noção de PCI, e suas práticas, para programas de conservação do patrimônio. Assim, o patrimônio material e o imaterial, que são as duas faces da mesma moeda, possuem significados e a memória da humanidade embutidos, e ambos dependem um do outro, quando se trata de compreender o significado e a importância de cada um.

Avançando na reflexão que nos permitirá construir nossos objetivos, Dondolo (2005, p. 110), discutindo o patrimônio intangível no contexto da produção do conhecimento tradicional na África, em vários aspectos da sua vida social, coloca dois níveis de patrimônio imaterial centrado no portador “o quem”:

The term 'practising communities' is used in reference to a group(s) of people who still continue practising or observing their cultures, traditions, knowledge systems, and other aspects of intangible heritage in relation to a site, objects or intangibles per se.

The concept 'imagined communities' is utilised in reference to the people (or some of them) who are dispersed or no longer live together because of political reasons or otherwise, or to those who view themselves as the living descendents of the deceased or connected to them in one way or another.

Estes dois grupos, os que “*praticam a comunidade*” (*practising communities*) e os que “*imaginam a comunidade*” (*imagined communities*), são os responsáveis pelo patrimônio imaterial, em dois níveis que se inter-relacionam. Neste trabalho faremos menção somente ao grupo que vive na prática a comunidade, os caiçaras do Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, em Cananéia (SP), analisada como população tradicional.

Assim, o patrimônio imaterial é construído em lugares, os quais podemos denominar de espaços patrimoniais, pelas pessoas, dos mais diversos grupos sociais, que se utilizam do seu arcabouço tradicional-cultural neste processo, preenchendo o intangível de valores e significados. Estes quando relacionados às populações e comunidades tradicionais, podem funcionar como instrumentos de manejo dos recursos naturais, conectando lugares as suas tradições, cristalizando o intangível.

Smith (2006, p.1) traz uma interessante reflexão sobre a indissociabilidade do patrimônio, quando argumenta que no âmbito da epistemologia todo o patrimônio é intangível, sendo assim, contraditória sua separação: “*And it also implies that despite the increasingly common distinctions we find in heritage industries between tangible and intangible heritage, in an epistemological sense, all heritage is intangible*”. Esse questionamento faz sentido sob uma perspectiva ampla, onde o patrimônio só é patrimônio por ter significados e valores associados, ou seja, ser imaterial. Esta reflexão permeará todo o trabalho, mas consideramos outro aspecto dessa indissociabilidade, ou seja, que todo o patrimônio é igualmente material, no momento em que as práticas e valores culturais se concretizam em ações que geram bens tangíveis, tais como o conhecimento dos indígenas brasileiros sobre o clima e as intempéries da Natureza, expresso na agricultura, em suas festas e danças. Pois definir PCI como “*o que não se pode pegar*”, devido ao seu caráter intangível, não se torna preciso.

Mesmo considerando essa união indissolúvel, para fins de reflexão e especificidade, utilizaremos o conceito *patrimônio* de forma tradicional, separando o *imaterial* do *material*. O diagrama (Fig. 1) demonstra ao mesmo tempo a possibilidade de divisão e a unicidade do conceito, dentro da dinâmica que lhe compete e da sua dimensão simbólica.

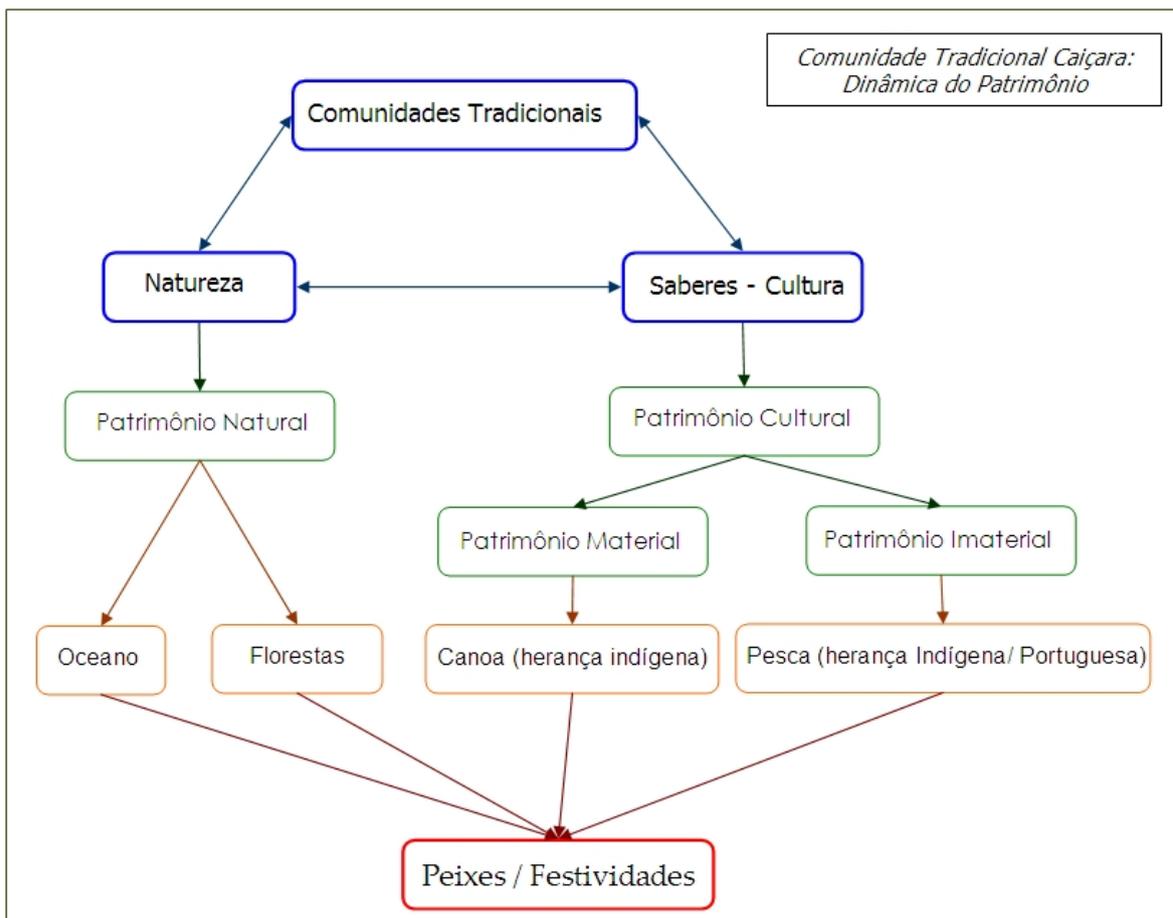


Figura 1: Diagrama: Comunidade Tradicional e a Dinâmica do Patrimônio  
Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2008.

### Patrimônio e natureza: percepção e interpretação ambiental

No âmbito do patrimônio e suas subdivisões artificiais, encontramos o *patrimônio natural*, que pode ser definido como “*área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas*”. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 256), segundo a ótica constitucional, compreende os recursos biológicos e os componentes do ecossistema necessários a vida, conseqüentemente a própria vida humana. Assim como área e como vida, o patrimônio natural, na sua essência é também cultural, visto que essas determinações são dadas a partir de determinadas referências culturais. Novamente voltamos à indissociabilidade do conceito de patrimônio e sua expressão na realidade, embora, contraditoriamente, torna-se necessária a divisibilidade para seu entendimento e reflexão.

Deste modo, podemos entender a importância do Patrimônio Natural (PN), a partir de algumas reflexões sobre a Natureza, Merleau-Ponty (2000, p.4) afirma que “*a natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta*”, afastando uma concepção cartesiana,

propõe uma natureza viva, tanto no sentido biológico e simbólico, “*sendo sua relação com o ser humano recíproca e de co-pertença, uma relação dinâmica, na qual a própria natureza é capaz de esclarecer sobre a nossa relação conosco e com os outros seres*”. (MENDES; NÓBREGA, 2004, p. 128)

Nesse sentido, Morais (1992, p. 31) nos leva à reflexão proposta anteriormente – a relação do Homem com a Natureza, quando comenta a questão do ambiente e do lugar como morada do ser humano:

Ao mesmo tempo em que há uma visível separação entre o mundo da natureza e o da cultura, há uma tal interdependência entre ambos que acaba por evidenciar sua unidade essencial. O ser humano depende da natureza, precisa dela e a ela recorre incessantemente; ele é natureza e faz parte dela.

Sob esta perspectiva, consideramos o ser humano inserido em uma totalidade complexa, num imbricamento de diversas relações – simbólicas, econômicas, sociais – com a Natureza. Ao considerarmos os casos em que a mesma torna-se detentora de especificidades que a classificam como patrimônio (classificação essa cultural), passa a haver a necessidade de sua salvaguarda, bem como dos recursos materiais e do conhecimento tradicional.

O patrimônio material e o imaterial em sua unicidade estão relacionados à Natureza através dos seus portadores – as comunidades e seus grupos sociais – que por sua vez, principalmente nas comunidades tradicionais, interagem com a Natureza de acordo com os níveis e filtros dos processos de percepção e interpretação ambiental, refletidos também em seus processos de valoração objetiva e subjetiva do entorno.

O patrimônio natural se torna *locus* de uma construção de simbologias e cosmologias, tanto pela sociedade urbana como pelas tradicionais. Desta maneira, o estudo dos processos cognitivos, perceptivos e interpretativos do meio ambiente e das paisagens, especialmente pelas comunidades tradicionais, levam-nos a uma melhor compreensão e apreensão das relações entre os seres humanos e a Natureza. Sobre os aspectos da conservação do meio ambiente relacionados aos níveis de acuidade perceptiva e de interpretação das realidades ambientais, Antonio considera que:

A percepção consiste nos processos sensitivos, cognitivos e atitudinais com os quais o homem ou sua coletividade interagem e conhecem seu meio ambiente, seja ele construído ou não. Assim, as atitudes dos seres humanos sobre o meio acontecem de acordo com a relação que estes mantêm com a Natureza, quanto mais simbólica a relação, mais próximo estará o Homem da Natureza, e, mais detalhada e rica será sua percepção e interpretação, conseqüentemente, maior será a conservação que

este pode proporcionar. É com base nisso que utilizaremos a percepção e a interpretação ambiental como meio de conhecimento racional e simbólico, o qual pode direcionar, fundamentar e inspirar atitudes conservacionistas nas pessoas, seja na dimensão da sociedade civil ou das instituições sociais responsáveis pelas políticas de conservação/preservação, sua gestão, gerenciamento e manejo.(ANTONIO, 2006, p. 22)

Perceber também é uma forma de conhecer os lugares, e posteriormente, de interpretá-los e valorá-los, atribuindo referências e significados individuais e coletivos ao espaço vivido. De certa forma, podemos inferir que em alguns casos, quanto mais íntima for a relação afetiva correspondente à topofilia, hidrofília e biofilia, maior será a tendência dos indivíduos assumirem atitudes conservacionistas mais profundas e conscienciosas, pois consideramos que a proteção ambiental depende sobretudo da percepção e da valoração do meio ambiente pelas populações, considerado os aspectos vinculados à habituação ou não. Assim, ao consideramos que as comunidades tradicionais na sua interação com a Natureza são construtoras e portadoras do patrimônio cultural, também devemos nos ater ao significado do conceito de *comunidade*, que segundo Nisbet (1994, p.255-256) tem sua origem no vocábulo latino *communitale*, para nos aproximarmos da sua relação com o patrimônio natural:

o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (...) A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional da participação e da volição. (NISBET, 1994, p. 255- 256).

Nesta confluência, o modo de vida e o gênero de vida levam à construção de saberes inerente a comunidade, dentro do aspecto cultural e inclusive patrimonial, quando nos referimos às sociedades tradicionais, pois têm na cultura seu maior bem, e este por sua vez é mantido por uma relação direta com a Natureza. Diante desse cenário, temos através dos estudos sobre a percepção e interpretação ambiental, subsídios para compreendermos tanto o valor do patrimônio natural como do cultural, bem como da associação das formas de expressão concreta e simbólica correlacionadas.

Apontamos, nesse contexto, para a relação direta e determinante da percepção e valoração ambiental com a tradicionalidade e, mais especificamente com a cultura de quem percebe. Morin (2005, p. 21) faz clara essa afirmação: “*A percepção das formas e das cores e a identificação dos objetos e dos seres obedecem à conjunção de esquemas inatos e de esquemas culturais de reconhecimento*”. Deste modo, todos os processos perceptivos e valorativos se encontram ligados diretamente à cultura, que por sua vez é “*co-produtora da realidade que cada um percebe e concebe*” (MORIN, 2005, p. 25). Assim, os aspectos culturais derivados das tradições e conhecimentos (*savoir-faire*) causam

e/ou influenciam as percepções, alterando ainda as interpretações e representações concernentes ao meio ambiente. Morin (2005, p. 26) nos auxilia no entendimento da relação cultura e conhecimento:

Os homens de uma cultura, pelo seu modo de conhecimento, produzem a cultura que produz o seu modo de conhecimento. A cultura gera os conhecimentos que regeneram a cultura. O conhecimento depende de múltiplas condições socioculturais, as quais, em retorno, condiciona.

Temos então que o tripé Cultura, Conhecimento e Natureza, referente às populações tradicionais, colaboram para a manutenção de um equilíbrio ecológico com a presença humana. Esta relação é complexa ao tomarmos em consideração o patrimônio imaterial, sendo que sua construção através dos processos geohistóricos e das características da tradicionalidade detém uma delimitação mais precisa, quando levamos em conta os grupos tradicionais, a exemplo dos caiçaras, da comunidade Pontal do Leste, no Parque Estadual de Ilha do Cardoso (PEIC).

### **Patrimônio imaterial e material em uma comunidade caiçara**

Como aporte empírico deste trabalho, utilizaremos questionamentos oriundos de uma comunidade tradicional caiçara, situada em uma Unidade de Conservação da Natureza, o Parque Estadual “Ilha do Cardoso” (PEIC). Para tanto situaremos a área de estudo e o conceitos de população tradicional caiçara, a partir de Antonio (2006).

A Ilha do Cardoso, transformada em Parque Estadual em 1962 (Decreto 40.319/62), está situada no município de Cananéia, na região do Vale do Ribeira, no litoral sul do Estado de São Paulo, entre as coordenadas 25°04' e 25°20' de latitude Sul e 47°54' e 48°05' de longitude Oeste de Greenwich, abrangendo aproximadamente 22.500 ha. de superfície. É administrada pelo Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com direção própria sediada em Cananéia – SP.

O conceito tradicional de *ilha marítima*, cercada pelo mar por todos os lados, não se aplica ao nosso caso. O Oceano Atlântico só é presente na face leste da ilha, ao sul temos o encontro do Oceano com o canal do Ararapira, e este forma a face oeste da ilha. As práticas sociais das comunidades da Ilha do Cardoso (porção sul da ilha) acontecem tanto no Oceano como no canal. Deste modo, o rio e o mar estão presentes no cotidiano e imaginário destas comunidades insulares.

A paisagem da ilha, enquanto *locus* da reprodução social apresenta grande riqueza, como a diversidade das casas (madeira e alvenaria), sua disposição (algumas voltadas para o oceano e outras para o continente), as

distâncias entre elas, que parecem estar ligadas ao grau de parentesco, e os caminhos em forma de labirinto, que detêm um amplo valor social e simbólico.

Os moradores da comunidade Pontal do Leste são, portanto, ao mesmo tempo ilhéus (moradores de ilhas) e caiçaras.

O caiçara é um dos primeiros grupos culturais do Brasil (século XVI e XVII), e tem sua origem na miscigenação do português colonizador e do índio, principalmente os Tupinambás. O mestiço luso-indígena ocupou principalmente as regiões litorâneas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, e desse modo as tradições caiçaras (termo tupi-guarani, que designava um labirinto feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe, atualmente denomina as comunidades tradicionais litorâneas dos Estados de SP, RJ e PR, (ADAMS, 1996) estão intrinsecamente ligadas à cultura indígena (conhecimento empírico da Natureza) e do português (conhecimento técnico, como a navegação).

Entretanto, este grupo social foi marginalizado pelos processos de ocupação e formação da sociedade na nova colônia (MOREIRA; SALES, 1999, p. 8), motivando sua independência econômica e cultural, mesmo que relativa. Num segundo momento, sofreram a influência da cultura africana, mais precisamente dos grupos de escravos africanos que chegaram durante os séculos XVIII e XIX, sendo essa influência cultural observada principalmente nas festas religiosas. (BEGOSSI, 2001, p. 209). Outro fator de modificação social e cultural, agora num terceiro momento, iniciado no século XX, foi a incorporação das técnicas oriundas do encontro com a cultura japonesa, não por miscigenação, mas, sobretudo, por relações de trabalho (NOFFS, 1988, p.18-21).

Nessa perspectiva de formação da cultura caiçara e de conhecimento tradicional, consideramos um quarto momento na formação das atuais comunidades caiçaras, o elemento informação – rápida e diversa –, sem tempo suficiente para a estabilização da tradicionalidade em relação a esses novos conhecimentos. Desse modo, consideramos esses fatos como conseqüências da pós-modernidade (HARVEY, 2002) e da mundialização, pois as populações tradicionais também estão sujeitas às mudanças e assimilação de novos conhecimentos, passando a ser incorporados aos conhecimentos oriundos da tradição.

Begossi caminha na direção desse quarto momento de mudança na cultura caiçara que ocorre atualmente, com a unificação dos conhecimentos externos à sua cultura tradicional, tornando-a uma comunidade neotradicional. A questão que emerge é quais os impactos da assimilação desses novos conhecimentos para a comunidade e para a conservação do meio ambiente, diante de processos que se tornam cada vez mais rápidos, com o avanço da sociedade da informação (globalizada), com o fluxo de turistas e as redes dos meios de comunicação de massa (TV e Rádio):

[...] populações neotradicionais são as que possuem tanto conhecimentos tradicionais quanto uma bagagem de novos conhecimentos provenientes de fora. Todas as populações apresentam novas variedades de conhecimentos adquiridos, mas podem existir diferenças, ou melhor, uma graduação na proporção do que é velho e do que é novo. (BEGOSSI, 2001, p. 207).

Assim, identificamos um grupo social que possui amplo referencial tradicional, que mantém relativa relação harmoniosa com a natureza, dentro de um contexto de construção histórica, materializando um conceito: o *patrimônio*.

Os moradores caiçaras do Pontal do Leste, como no exemplo da figura 1, possuem inúmeros bens culturais, a nosso ver, também patrimoniais, repletos de símbolos, a exemplo da temporada de Pesca da Tainha e da Festa da Tainha, garantindo a sobrevivência do grupo, tanto no sentido sócio-econômico como nas relações de pertinência e alteridades relativas ao território ilhéu.

Esse cenário tem como resultante, a construção do patrimônio imaterial e mesmo do material, que quando se encontra no âmbito das idéias, não possui materialidade sendo, portanto, intangível sua delimitação. Todavia, o estudo do patrimônio imaterial se torna tarefa árdua, mas no momento em que o tornamos tangível, se abre uma gama de variadas possibilidades, como no Desenho Infantil, que projeta os saberes, as percepções e a interpretação ambiental das crianças-autoras, habitantes de uma comunidade caiçara tradicional – a do Pontal do Leste, possibilitando uma reflexão sobre o significado do patrimônio e sua valoração objetiva e subjetiva em prol da proteção ambiental.

### **A materialização do PCI no desenho infantil**

A criança, por meio do desenho, interage com o meio ambiente, experienciando novas faces das realidades ambientais e as compartilha com o mundo. Sendo assim, considera-se o desenho como um meio para o exercício da imaginação, expressão e construção da subjetividade da criança em desenvolvimento, num processo que liga a relação criança-meio ambiente e o desenvolvimento cognitivo e de sua acuidade perceptiva.

O desenho infantil, como uma brincadeira, permite à criança representar o mundo adulto. Essas atividades não são instintivas, como propõe Facci (2004, p. 69): *“As brincadeiras das crianças não são instintivas e o que determina seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo dos objetos humanos [...]”*, e é nessa percepção que se apóia nossa discussão sobre o patrimônio.

Grubits (2003), ao discutir aspectos relacionados à representação da casa através do desenho infantil, cita um estudo da etnóloga N. Bauthéac, realizado no Nepal, a qual reafirma e justifica a importância dos estudos com desenhos, em especial de crianças, apresentando as possibilidades desses tipos de trabalhos:

Os desenhos obtidos com crianças taru, aborígenes da região do Terai, celeiro agrícola ao norte do território indiano, mostram que a folha de papel é um espaço aberto e que ela se recobre em todos os sentidos, segundo a cultura e o meio ambiente em que a criança está inserida. As crianças taru, segundo Bauthéac, citada por Wallon e cols. (1990), reproduziram o esquema gráfico tradicional para fazer, nos desenhos de homens e animais, o apoio de dois triângulos, inspirando-se nas esculturas decorativas das casas taru. (BAUTHÉAC *apud* GRUBITS, 2003, p. 98)

Tratamos o desenho infantil, neste artigo como “representação simbólica”, pois o símbolo comporta uma relação de identidade com o que simboliza, suscitando a sua presença concreta (MORIN, 1999, p. 173), tecendo uma teia de significados do pensamento objetivo e subjetivo. A importância do desenho como símbolo realiza-se por ser materialização de uma cultura, expressão do patrimônio imaterial, e, nesse sentido, Durand (1988) nos instiga a esta afirmação, quando se refere ao símbolo da seguinte forma:

A simbólica se confunde com o desenvolvimento de toda a cultura humana. Na irremediável ruptura entre a fugacidade da imagem e a perenidade do sentido que o símbolo constitui, precipita-se a totalidade da cultura humana, como uma mediação perpétua entre a Esperança dos homens e sua condição cultural. (DURAND, 1988, p. 110).

Consideramos o desenho como representação simbólica, por analogia à imaginação simbólica de Durand (1988, p. 109), “*transfiguração de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato*”. A representação possui no seu significante a concretude do real e do imaginário, indo da realidade racional à simbólica. Ferreira (2005, p. 59) relaciona as imagens a cerca do mundo vivido pela criança com os seus desenhos:

Imagens essas que são representações mentais daquilo que a criança conhece e tem registrado na memória. Imagens que estão representadas, de forma relativa, nas figurações. O objetivo figurativo testemunha os objetos da cultura da criança, constitui o lugar de encontro de forças ativas e é resultado de “recortes” perceptivos da realidade que a criança conhece. O desenho da criança, resultante de uma atividade mental e manual, é um objeto emergido do imaginário, do percebido e do real. Como jogo de encontro e combinação desses três elementos, o desenho torna-se objeto de investigação na exploração dos modos de pensar da criança. [...]. Imaginando, figurando, interpretando e falando a criança compõe seu desenho e cria um modo de comunicar seus pensamentos.

Na obra “*Comprensión del Arte Infantil*”, Stern (1962, p.14) refere-se à criança como aquele que é dotado de capacidade de expressão total – ela sente, experimenta e se expressa: “*de una aventura vivida en común, el niño retiene detalles que el adulto, captando la relación de causa a afecto, dejará escapar.*” Essa análise, portanto, vem demonstrar a riqueza de saberes que o desenho infantil pode revelar em relação ao adulto.

Em termos dos conhecimentos prévios das crianças, pertinentes ao *savoir-faire* da comunidade, e que elas detêm consigo, podemos correlacioná-los à capacidade criadora das crianças, a qual se encontra relacionada diretamente com a riqueza e diversidade do meio em que habitam, assim constituindo-se em patrimônio. À luz dessas perspectivas, a experiência humana se constrói nesse espaço vivido, assim o desenho infantil produzido pela criança/artista também representa esses mesmos conhecimentos e experiências, transformando o imaterial em algo tangível.

O desenho (Figura 2) da criança-autora Altair (10 anos), demonstra seu arcabouço cultural e de saberes, relativo às práticas sociais, econômicas e simbólicas, que acontecem e que estão estreitamente relacionadas à Natureza. Diante disso, temos um direcionamento das ações da comunidade, na constituição e conservação do seu patrimônio cultural (material e imaterial), protegendo-o pelo uso, assim como também propiciando a geração dos meios de proteger o patrimônio natural, neste caso, a paisagem ilhéu e costeira.

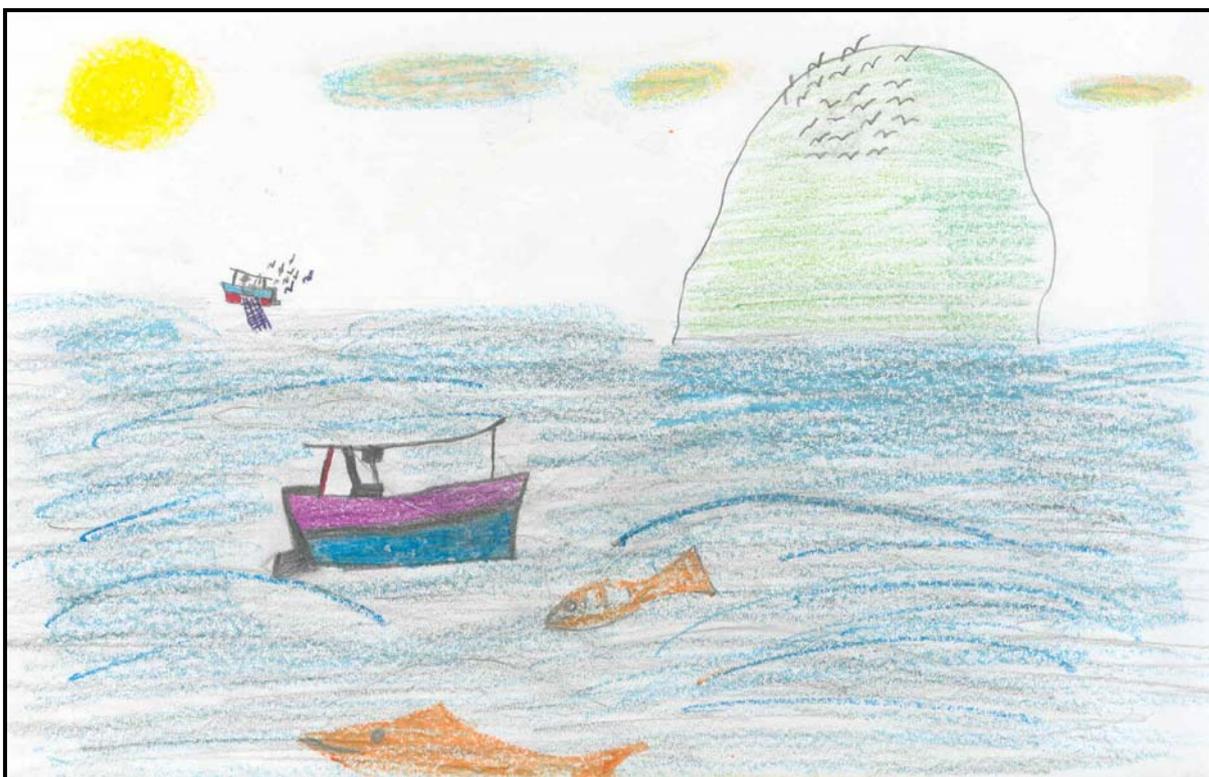


Figura 2: Desenho: Barcos Pescando no Mar de Fora.  
Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

Este desenho possui uma intrincada complexidade, mostrando os domínios cognitivos do autor (lateralidade, orientação, proporção), e constitui uma demonstração da apreensão do conhecimento tradicional dessa criança. A fotografia a seguir (Figura 3) auxilia-nos a visualizar comparativamente este conhecimento pertinente ao espaço vivido, assim como a percepção ambiental sobre a dinâmica costeira e a paisagem local, trazendo elementos do espaço vivido representados no desenho.



Figura 3 - Foto: Ilha da Figueira (Oceano Atlântico)  
Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Portanto, o desenho concretiza o imaterial, na forma tangível da representação gráfica, ou seja, do desenho, permitindo uma discussão em torno do que gera e demonstra a valoração do patrimônio imaterial da comunidade, além de constituir uma base para entendermos a relação do patrimônio imaterial com a Natureza. No desenho de Thauann (Figura 4), temos a partir da interpretação da própria criança autora, uma leitura da paisagem que nos leva às complexidades das relações entre a comunidade caiçara e a Natureza, mediada por simbologias. Neste caso, a correlação entre a Ilha da Figueira (Ilhota no centro do desenho – Figura 3), a pesca e os tubarões, sendo estes tomados como indicadores dos perigos de tal atividade econômica ao redor da pequena ilhota – perigo representado pela presença marcante do tubarão sobre as águas na figura 4 –, contribuiu, historicamente, para a conservação do patrimônio natural pelas populações caiçaras.



Figura 4 - Desenho: Ilha da Figueira e Tubarão  
Autor: Thauann, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste , 02/2006

Os barcos representados pelas crianças são o meio de acesso ao Oceano Atlântico (Mar de Fora), daí a importância e a valorização dada a esse meio de transporte e trabalho (Figuras 5 e 6), que comporta uma gama variada de significações, ao deixar suas funções básicas e incorporar outros elementos subjetivos, não-tangíveis, tais como a aventura; a emoção; a solidão; o movimento e a pausa no sentido da construção do significado de lugar e das paisagens marítimas. Sobre essas últimas considerações, Guimarães (1999, p.155), ao tecer reflexões sobre o significado de lugar e as relações de identidade e alteridade relacionadas à paisagem, considera que:

Por meio das pausas, curtas ou longas, repentinas ou minuciosamente planejadas e analisadas, o espaço movimentante, desconhecido, sem qualquer aura ou identidade espaciais, vai progressivamente ganhando e assumindo significados.

O barco (Figuras 2 e 5) significa o movimento, pois é através dele que é possível o deslocamento pelas águas oceânicas, embora no interior desse movimento também exista a pausa, **do** e **no** próprio barco. Quando o movimento é cessado para as atividades pesqueiras, temos então a pausa dentro da embarcação com a pausa da própria vida, atribuindo significado ao espaço vivido: a água. O lugar toma forma, a fauna e flora marinhas fazem parte integrante da *paisagem habitada – ser no mundo* – tomando-se aqui o sentido do “*habita*” de Heidegger, na perspectiva da fenomenologia hermenêutica. (FERREIRA, 1990)

Se o barco leva à construção do sentido de lugar no patrimônio natural, interagindo com as paisagens e o espaço vivido, a canoa (Figura 5) é *receptáculo*

dos símbolos envolvidos pelas relações no lugar e do sentido de pertencimento, da herança indígena, mantendo profunda interação com o patrimônio natural, dada sua origem (Madeira – Floresta), permitindo assim, o acesso ao oceano, bem como às outras paisagens associadas.

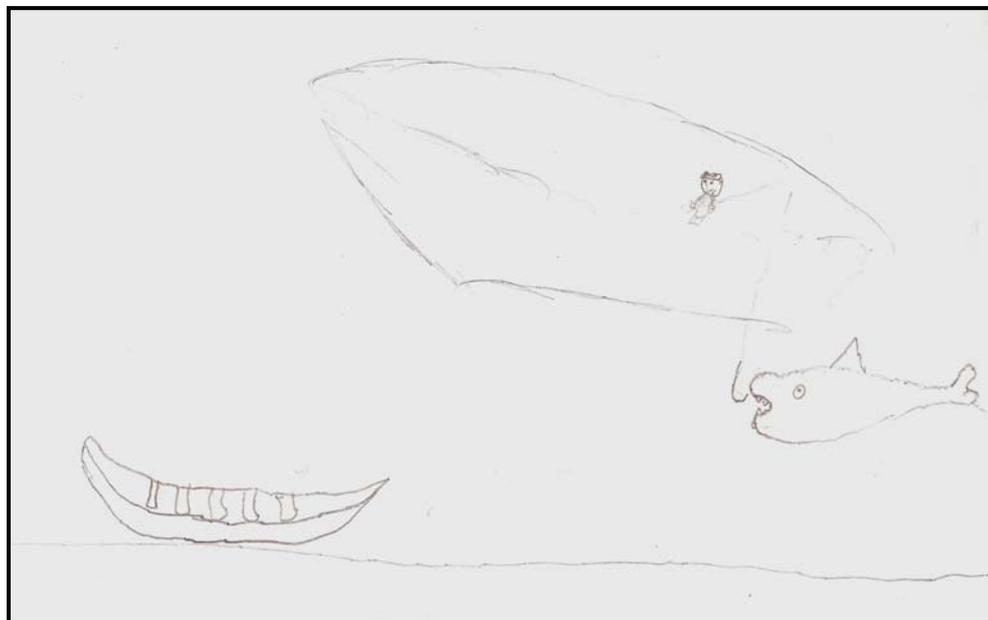


Figura 5 – Desenho: Pessoas Pescando em um Barco e Canoa Fundeada  
Autor: Thauann. 10 anos. Comunidade Pontal do Leste. 02/2006.

Na fotografia (Figura 6), observamos em primeiro plano uma canoa na praia, que consideramos um dos símbolos do patrimônio material da cultura caiçara.



Figura 6 - Foto: Restaurante Pontal do Leste e Canoas (Porto do Canal do Ararapira)  
Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2005

É interessante ressaltar a canoa, pois esta é um símbolo da concretude da cultura herdada da tradição indígena, contrapondo-se às embarcações mais modernas, principalmente aquelas movidas a motores. Mesmo deixando de ser usada no cotidiano, a permanência do seu simbolismo ainda é muito forte, em especial para as crianças, que em sua maioria são donas de canoas – ora herdando as antigas canoas dos pais pescadores, ora construídas especialmente para elas, com a participação delas próprias, como é o caso de Altair (criança-autora dos desenhos), que possui uma canoa construída juntamente com seu pai.

Destacamos aqui outro ponto que merece nossa atenção no que tange às práticas de construção das canoas, que ocorrem sempre na mata (no continente), pois o corte de árvores na ilha é proibido pelo seu *status* de Unidade de Conservação da Natureza. Tal fato impregna muito mais a canoa de simbolismos na dimensão do imaginário infantil, passando a existir como objeto mediador de um rito de passagem, pois dificilmente é utilizada no trabalho diário, tendo em vista que na atualidade, seu uso mais comum é para o transporte de pessoas da comunidade Barra do Ararapira, quando a maré permite, além da pesca no Canal, que apesar de não ser comumente realizada, tem importância especial no modo de vida ilhéu. Outro fato interessante que merece ser ressaltado é que a madeira retirada do continente também pertence a uma unidade de conservação, o Parque Nacional do Superagüi. Assim, o percebido como *área proibida* é muito mais a ilha do que o continente, tanto pela distância da mata pertencente à ilha (porção norte), como pelos símbolos que a envolvem, além da fiscalização que se faz mais intensa na PEIC.

Fundamentados nos aspectos expostos, através da análise e reflexão das representações simbólicas (desenhos), construídas a partir dos saberes ambientais e culturais das crianças, somos levados a refletir sobre a relação da valoração do espaço vivido ilhéu, tanto em relação à percepção e interpretação dos seus *espaços* como dos seus *lugares*, e o seu significado na conservação dos recursos naturais e culturais. Isso nos leva às questões de como o patrimônio natural vem sendo conservado – quais as implicações futuras das ações e interferências antropogênicas? Quais as contribuições dos habitantes das comunidades envolvidas no que diz respeito à implantação e à continuidade de práticas conservacionistas?

Tais questionamentos nos conduzem necessariamente às reflexões sobre as relações e os distintos olhares direcionados à valoração e à proteção do meio ambiente, incluindo o papel dos conhecimentos tradicional e neotradicional, concernentes ao patrimônio imaterial. Ainda também devemos levar em consideração, a inserção de processos que estimulem a sensibilização e a conscientização ambiental através de programas de educação ecológica, e, sobretudo, que busquem a contribuição do conhecimento tradicional para diretrizes e alternativas visando políticas conservacionistas mais éticas e justas, em relação à sustentabilidade dos recursos de uso comum, especialmente, dos recursos hídricos, de forma a propiciar atitudes e condutas fundamentadas na *consiliência*, ou seja, na unidade do conhecimento. (WILSON, 1999, p.9).

## **Gestão dos recursos naturais: conservando a natureza e o patrimônio**

Por conseguinte, o emprego do patrimônio imaterial na conservação dos recursos paisagísticos naturais, permite também, simultaneamente, a conservação do patrimônio cultural como um todo, mediante o seu uso e sua valorização, principalmente aos olhos das crianças da comunidade, pois são elas que permitirão a sua resistência e permanência em uma realidade contemporânea pós-moderna.

Para alcançarmos tais objetivos referentes à proteção da Natureza e do patrimônio material e imaterial, consideramos fundamental uma gestão ambiental participativa no sentido dos atores envolvidos compartilharem o processo de elaboração de medidas e ações conservacionistas de maneira ampla, propiciando a participação dos representantes dos habitantes locais em comitês, órgãos gestores, reuniões setoriais, entre outros. Mais especialmente, através de uma participação coletiva destas comunidades, com atuação e integração de todos os atores locais, congregando seus conhecimentos e saberes ambientais, não apenas como informantes que devem tão somente revelar seu conhecimento tradicional, mas como cidadãos interessados pela qualidade ambiental e de vida de seu espaço vivido.

Deste modo, os interesses dos formuladores de diretrizes políticas, capazes de intervenções ou de influências que visam ou pretendem visar a conservação e a preservação do meio ambiente, deveriam considerar sob uma perspectiva integrada, os aspectos conservacionistas legais relativos ao patrimônio natural e cultural, pois a proteção desses recursos paisagísticos configura-se como um dos meios de salvaguardar também os seus aspectos relacionados às identidades culturais e territoriais, submetidos a contínuos processos de significação e ressignificação concernentes aos seus valores estruturais, setoriais ou subjetivos.(GUIMARÃES, 2005; 2007).

A experiência com a gestão ambiental de forma participativa já existe no Parque Estadual “Ilha do Cardoso” (PEIC), sendo que seu Plano de Manejo contempla várias destas questões, abrangendo a participação das comunidades tradicionais moradoras da ilha em reuniões setoriais, através do Conselho Gestor do PEIC (órgão consultivo), que tem a seguinte composição: 01 representante de cada comunidade (05 representantes ao total), 04 representantes do Poder Público e 04 representantes do terceiro setor (BRASIL, 2004, p. 131). Deste modo, as comunidades encontram-se representadas, incluída a comunidade participante e objeto de nosso estudo – Pontal do Leste.

O que se apresenta para análise é até que ponto os representantes neotradicionais dessas comunidades, em sua atuação nos conselhos gestores, representam realmente as suas próprias comunidades e como podem apreender todo o conhecimento inerente à sua cultura, de modo a proporem ações pró-ambientais mais conscientes e efetivas, no sentido de salvaguardarem o seu patrimônio, como um todo. Assim, buscamos refletir sobre a questão dos conhecimentos tradicionais aliados ao conhecimento técnico-científico, tendo em

vista, o estabelecimento de medidas conservacionistas de forma interativa e participativa, possibilitando então que a partir dessa síntese de conhecimentos, as medidas de conservação continuem sendo direcionadas no âmbito das próprias Unidades de Conservação (UC), entretanto, sem excluïrem os fatores efetivos e latentes concernentes à importância da participação direta da comunidade nas reuniões gestoras. Julgamos este fato como primário e fundamental para que um processo de gestão ambiental participativa resulte em efeitos positivos reais, pois implica num modo de conviver, facilitando ações cooperativas mútuas e eqüitativas em todos os níveis e etapas dos processos de planejamento. (GUIMARÃES, 2005; 2007).

Nesse sentido, temos que a proteção dos recursos paisagísticos naturais e culturais inclui não somente a utilização racional e tutela do patrimônio abarcado, bem como sua restauração, revitalização e recuperação. Sob estes aspectos, podemos lembrar que a cultura neotradicional da comunidade caiçara de “Pontal do Leste” viveu até recentemente em relativo equilíbrio com o seu entorno, produzindo alterações que não prejudicavam de maneira significativa o seu modo de vida, desenvolvendo uma utilização sustentada dos recursos naturais, proporcionando uma relação mais conservacionista em relação ao seu patrimônio natural.

Todavia, temos que lembrar aqui que as bases históricas para que isso acontecesse mudaram — a modernidade e a pós-modernidade inseriram elementos e transformações não presentes anteriormente, não sendo mais possível a manutenção das formas de sustentabilidade dos recursos da forma como vinha ocorrendo. Daí a necessidade emergencial da inserção do conhecimento técnico-científico como condição fundamental para a garantia da manutenção dos processos de conservação e de preservação ambiental, de forma a conciliarmos os dois níveis de conhecimentos — o tradicional e o científico. Nesse sentido, consideramos que todo o arcabouço de conhecimentos construído historicamente pelos ilhéus se faz necessário às práticas conservacionistas, pois como esclarece Begossi (2001, p. 206): “[...] *comportamentos culturais tradicionais podem elevar resiliência ecológica, ao prevenir a sobreexploração de sistemas ou ao auxiliar na sua recuperação*”.

Por outro lado, partilhamos ainda da opinião de Diegues (2000, p. 41), que deseja *afastar* a visão romântica das populações tradicionais, “*pelas quais as comunidades tradicionais são vistas como conservacionistas natas*”, corroborando assim a necessidade da inclusão do conhecimento técnico-científico na gestão dos recursos ambientais. Deste modo, salientamos que a participação das comunidades e a inserção de seus saberes na conservação de seu espaço são necessárias, mas não devem ser vistas como únicas fontes de informações ou, na pior das hipóteses, como as únicas fontes fidedignas, devendo ser associadas aos conhecimentos científicos e técnicos, bem como ao desenvolvimento tecnológico, também relevantes nas ações conservacionistas e preservacionistas.

Afastar a “visão romântica” justifica-se pelo fato das comunidades tornarem-se cada vez mais neotradicionais, tendo sua cultura e modo de vida

impregnados pelos conhecimentos e experiências propiciados pela sociedade urbana e mundializada, sendo esse mais um motivo que nos leva à necessidade de integrar as medidas de conservação ambiental às ações que visem a continuidade, recuperação e valorização do patrimônio cultural *das e pelas* comunidades. Consideramos que a própria inclusão dos saberes tradicionais já se constitui parte de um processo de auto-valorização necessário, de um aprendizado permanente sobre as *raízes* da própria comunidade, compartilhado pela mesma. Sobre os impactos adversos de não considerarmos o patrimônio imaterial de distintas comunidades tradicionais na gestão participativa do meio ambiente, Antonio (2006, p. 142) tece a seguinte consideração:

Esta relação de se sentir pertencente ao meio ambiente, comum em comunidades tradicionais caiçaras, indígenas, quilombolas, entre outras, se perde a cada dia pela ação mundializadora da sociedade urbano/industrial, seja na forma de ONG's, legislações autoritárias (como o caso do próprio SNUC), empresas e ações governamentais. Estritamente ligado à conservação da Natureza, esse pertencimento impõe-se e media as relações sociais das comunidades, em especial das crianças com o meio ambiente, consideradas as dimensões naturais e construídas, incluindo nestas também aquelas relacionadas à psicosfera, permitindo que se construam meios e ações conscientes e inconscientes de conservação e preservação. Soma-se a isto a ciência, com seu caráter muitas vezes prepotente, frente a esse arcabouço de conhecimentos e proximidades com a Natureza, mas que também dispõe de instrumentos para concretizar ações conservacionistas no contexto destes saberes ambientais.

No contexto apresentado, o emprego e a conservação do patrimônio cultural imaterial gera sua proteção, mais intensivamente que, por exemplo, através de processos de incentivo ao turismo, seja este “cultural” ou “ecológico”, levando-se em conta que em muitos casos é apresentado como única alternativa para tal tarefa. Mas tais processos, a médio e longo prazos, muitas vezes geram mais transformações sócio-econômicas e impactos ambientais negativos do que os benefícios alcançados. Não retiramos a importância do sentido econômico e cultural das atividades turísticas para as comunidades, mas devemos refletir sobre outras formas de protegermos o patrimônio natural e cultural, buscando alternativas, a exemplo da experiência japonesa, onde a valorização do patrimônio imaterial protege os territórios patrimoniais, assim, devemos caminhar para a busca de medidas mais sensíveis que nos aponte para melhores parâmetros de qualidade ambiental e de vida da sociedade como um todo.

## **Considerações Finais**

O emprego do patrimônio imaterial tem potencial para garantir sua própria conservação, valorizar a comunidade (grupo portador) e contribuir para a proteção do patrimônio natural, principalmente por sua relação simbólica com a Natureza e

pelos saberes acumulados historicamente. Alguns dos caminhos para concretização dessas proposições são a implantação e desenvolvimento de programas concernentes à Educação Ecológica e à Educação Patrimonial, que atuando de forma conjunta, apresentam alternativas e instrumentos necessários para concretizar a conservação ambiental e dos seus recursos paisagísticos através do emprego do patrimônio cultural imaterial.

Desse modo, entendemos como Educação Patrimonial a ação educacional em torno do patrimônio cultural como principal fonte de conhecimento, que valoriza e fornece o sentido de apropriação e pertencimento, no que concerne à herança cultural. No mesmo sentido de ação educacional temos a Educação Ecológica, centrada no Meio Ambiente e tendo como caminho a Alfabetização Ecológica, propiciando uma conexão mais profunda com a Natureza, indo de encontro com os objetivos aqui tratados, quanto à conservação do patrimônio natural das Unidades de Conservação.

Desse modo, os estudos sobre o patrimônio — intangível no plano das idéias e da cultura, e matéria tangível em suas concretudes (objetos e ações) —, quando do seu emprego através do conhecimento tradicional dessas comunidades, em conjunto com processos educativos como a Educação Ecológica e a Patrimonial, configuram-se como capazes de estabelecer, mediante subsídios proporcionados pelos estudos sobre a percepção, interpretação e valoração ambiental, medidas conservacionistas alinhadas com as atuais políticas participativas de gestão do meio ambiente, porém, sem excluir a dimensão do conhecimento técnico-científico referente à proteção ambiental, campo essencial para a realização de nossos trabalhos e dos desdobramentos de tais políticas e de suas ações.

## Referências

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo - USP / PROCAM, São Paulo, 1996.

ALFONSO, M. J. P. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, out. 2003, vol.9, no.20, p.97-115.

ANTONIO, D. G. Percepção e interpretação ambiental na criança: preparando o futuro. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 7, p. 16-55, 2007.

ANTONIO, D. G. Comunidades tradicionais, turistas, educação ambiental, ecoalfabetização: de que e do que é a Vez? **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 6, p. 104-127, 2006.

ANTONIO, D. G. **O Espaço das águas**: interpretação ambiental visando a conservação dos recursos hídricos. 2006, Dissertação (Mestrado), Instituto de

Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, Rio Claro, 2006.

BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. (org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2008a.

BRASIL, Decreto nº. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a **Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais** (PNPCT), Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 08/02/2007. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 4 abr. 2008b.

BOUCHENAKI, M. A major advance towards a holistic approach to heritage conservation: the 2003 Intangible Heritage Convention. **Rev. International Journal of Intangible Heritage**, Seoul, (Korea), Vol. 02., 2007, p. 104-109.

CANANI, A. S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, jan./jun. 2005, vol.11, n. 23, p.163-175.

CANG, V. G. Defining Intangible Cultural Heritage and its Stakeholders: the Case of Japan. **Rev. International Journal of Intangible Heritage**, Seoul, (Korea), Vol.02, 2007, p. 45-56.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed, São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. (org) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais, **Problemas Brasileiros**, São Paulo, Ed. nº 357 - Janeiro / Fevereiro de 2005.

DONDOLO, L. Intangible heritage: the production of indigenous knowledge in various aspects of social life. **Indilinga – African Journal Of Indigenous Knowledge Systems**, Pietermaritzburg (África do Sul), Vol. 4, n. 1, 2005. p. 110-126

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix / USP, 1988.

FACCI, M G. D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004.

FERREIRA, S. **Imaginação e linguagem no desenho da criança**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2005.

FERREIRA, S. T. de L. **A percepção geográfica da paisagem dos gerais no 'Grande Sertão: Veredas'**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1990.

GRUBITS, S. A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá (PR), 2003, vol.8, n.esp, p.97-105,

GUIMARÃES, S.T.L. Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007

GUIMARAES, S. T. L.: Cidadania planetária: uma lição de coexistência e convivência através do compartilhar, In: **Anais do Simpósio Comemorativo aos 10 anos do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, CRHEA-USP, EESC**, São Carlos/SP, 2005, p. 118-121.

GUIMARÃES, S. T. L. Dimensões da percepção e interpretação do meio ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza, **Percepção e Conservação Ambiental: a interdisciplinaridade no estudo da paisagem / OLAM - Ciência & Tecnologia**. Rio Claro: Aleph Engenharia & Consultoria Ambiental Ltda., vol.4, n. 1, abril/2004, p. 46-64.

GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens do medo: campos de concentração e ciganos. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 59-62, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11ª ed, São Paulo: Loyola, 2002.

MENDES, M. I. B. de S.; NOBREGA, T. P. da. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. **Rev. Brasileira de Educação**, Campinas (SP), set./dez. 2004, n.27, p.125-137.

MORAIS, R. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Loyola, 1992.

MORIN, E. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, E. **O método 4: as idéias, habitat, vida, costumes, organização**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005

NISBET, R. A. Comunidade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

NOFFS, P. da S. **Os caiçaras do Toque Toque Pequeno: um estudo de mudança espacial**. 1988. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Departamento de Geografia. São Paulo: USP, 1988.

PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Rev. Horizonte Antropológico**, Rio Grande do Sul, out. 2003, vol.9, n.20, p.83-96.

SANTOS, C. R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo: Perspectiva.**, abr/jun. 2001, vol.15, n. 2, p. 43-48.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

STERN, A. **Comprensión del arte infantil**. Buenos Aires: Kapelusz, 1962.

UNESCO, **Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel Immatériel**. 2003. La convention dans le texte, Article 2: Définitions. Disponível em <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=FR&pg=00056>> Acesso: 1º maio de 2008.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C.. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, jan./jun. 2006, vol.26, no.51, ISSN 0102-0188. 2006.

WILSON, E. O. **Consiliência: a unidade do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

### **Informações sobre os autores:**

[1] Davi Gutierrez Antonio – <http://lattes.cnpq.br/6978148955696870>

Geógrafo, Mestre em Geografia [Organização do Espaço, IGCE-UNESP, Rio Claro/SP]. Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tatuí, nos cursos de Geografia e Pedagogia. Docente no ensino Técnico em Meio Ambiente da ETEC “Salles Gomes” do Centro Paula e Souza.

Contato: [daviga@uol.com.br](mailto:daviga@uol.com.br)

[2] Solange T. de Lima Guimarães – <http://lattes.cnpq.br/6635058136218303>

Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia [Organização do Espaço, IGCE-UNESP, Rio Claro/SP]; Livre docente em Interpretação e Valoração de Paisagens. Docente do Depto. de Geografia – IGCE/UNESP, nos cursos de Pós graduação em Geografia, níveis mestrado e doutorado. Docente convidada do Curso de Especialização em Educação Ambiental, CRHEA/USP, Escola Engenharia de São Carlos (SP). Coordenadora do Laboratório de Interpretação e Valoração Ambiental do Depto. de Geografia. Editora das revistas OLAM e CLIMEP.

Contato: [hadra@uol.com.br](mailto:hadra@uol.com.br)